

## Meu corpo, minhas representações: comunicação, saúde e a sexta onda feminista

My body, my representations: communication, health and the sixth wave of feminism

Mi cuerpo, mis representaciones: comunicación, salud y la sexta ola del feminista

*Flávia Pinto Leiroz<sup>1,a</sup>*

[flavialeiroz@gmail.com](mailto:flavialeiroz@gmail.com) | <https://orcid.org/0000-0002-6761-466X>

*Patrícia Cardoso D'Abreu<sup>2,b</sup>*

[patriciadabreu@gmail.com](mailto:patriciadabreu@gmail.com) | <https://orcid.org/0000-0002-4371-4615>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Comunicação. Vitória, ES, Brasil.

<sup>a</sup> Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

<sup>b</sup> Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense.

**Palavras-chave:** Feminismos; Saúde; Corpo; Mulheres; Mídia.

**Keywords:** Feminisms; Health; Body; Women; Media.

**Palabras clave:** Feminismos; Salud; Cuerpo; Mujeres; Medios de comunicación.

Esta edição da Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (Reciis) traz a segunda parte do dossiê Feminismos: perspectivas em comunicação e informação em saúde, formada a partir da convocação de artigos originais escritos com base em pesquisas científicas sobre modos de viver, curar, adoecer e morrer das mulheres e seus atravessamentos com o campo da comunicação. Assim, como desdobramento do ponto de partilha presente na primeira parte do dossiê, com reflexões sobre a imposição dos silenciamentos das mulheres, seguimos trabalhando para que diferentes vozes sejam ouvidas em suas ricas e singulares experiências de subversão das relações de poder que adoecem e matam.

Os artigos agora publicados reúnem trabalhos que denunciam, questionam e mostram as possibilidades de ultrapassar as diferentes formas de violência contra os corpos das mulheres. Nesse sentido, é importante frisar que a relação entre feminismos e saúde é fundamental para romper concepções biologizadas

aprisionantes que, como nos aponta Simone de Beauvoir (2009), expressam, pelas articulações entre o material e o simbólico, a univocidade patriarcal. A pensadora francesa afirma que ‘a mulher’, como ‘matriz’, é um dos meios pelo qual o machismo domina os códigos. Diante disso, descodificar as chaves de leitura machistas é ato que começa pela flexão no plural da ideia essencialista que Beauvoir (2009) denuncia ter sido construída ao longo do tempo diacrônico, dos saberes legitimados e das narrativas cultuadas: “A presença no mundo implica rigorosamente a posição de um corpo que seja a um tempo uma coisa do mundo e um ponto de vista sobre esse mundo: mas não se exige que esse corpo possua tal ou qual estrutura particular” (BEAUVOIR, 2009, p. 39).

Como cruzamento entre o individual (existencial e biológico) e o social (cultural e político), o corpo é ponto-fronteira sobre o qual, a partir dos conflitos renascentistas, uma série de tensões historicamente contextualizadas produziu abordagens inspiradas na mecânica (século XVIII), na energia (século XIX) e na informação (século XX). Nesse processo de significação – sistematizado por Coubin, Coutine e Vigrello (2011) – o corpo-ideia é também um corpo imaginado sobre o qual a sociedade ocidental moderna atrela saberes e poderes. Isso torna imprescindível a tarefa não só de refletir sobre as mediações nas quais as dominações – e, por extensão, a política – são exercidas sobre os corpos, mas também de mostrar a necessidade de pensarmos como a materialidade do corpo se constrói como potência discursiva. Como diz Judith Butler (2020), precisamos nos indagar como sabemos o que sabemos, quais são as limitações pelas quais os corpos são materializados como sexuados e como entender a questão do sexo e dos corpos como a circunscrição repetida e violenta da inteligibilidade cultural: “Quais são os corpos que importam e por quê?” (BUTLER, 2020, p. 12-13).

No que se refere aos corpos das mulheres, emergem as realidades estruturais de violência, de desigualdade e do patriarcado que, histórica e culturalmente, os subjugam. Na sociedade capitalista de base patriarcal, ao tangenciar a questão do corpo, os papéis sociais foram historicamente revestidos de um binarismo no qual a construção dos gêneros masculino e feminino alocou homens e mulheres respectivamente como produtores e reprodutoras. Isso fez, a despeito das transformações na divisão do trabalho durante o século XX, o funcionalismo das mediações simbólicas (culturais) baseadas nesse binarismo ganhar um horizonte histórico de longa duração e de perpetuação de violências. No contexto brasileiro, isso se impõe como premissa para reivindicação de direitos que irrompem diretamente na preservação de vidas. Em 2020, 1.314 mulheres foram mortas pelo fato de serem mulheres e, a cada 8 minutos, uma mulher foi estuprada (IPEA, 2020). A partir dos dados, o país se estabelece como o quinto mais violento do mundo contra mulheres.

As Organizações das Nações Unidas entendem e reconhecem que a violência contra as mulheres – agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos de controle – é um grande problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos (UN, 1993). É a partir disso que reafirmamos a importância dos feminismos como questionamento e, por sua vez, da comunicação como estratégia de transformação no que diz respeito à saúde, introduzindo nas agendas das políticas públicas questões antes restritas ao privado e à intimidade.

Dados do relatório Global Media Monitoring Project (GMMP) 2020 – que monitora, a cada cinco anos, a representação sobre as mulheres e os estereótipos de gênero nos conteúdos noticiosos ao redor do mundo – mostram que, nos últimos 25 anos, persiste a exclusão de mulheres como produtoras, fontes e sujeitos das notícias. Apesar de, na televisão, por exemplo, ocuparem quase a metade dos cargos de repórteres e apresentadoras, as mulheres, em sua diversidade, continuam sendo representadas de forma estereotipada – aprisionadas nos papéis sociais de mãe e esposa, seus corpos estão a serviço dos maridos e dos filhos e suas falas, como técnicas e especialistas, tendem a ser invisibilizadas.

Caminhando ainda (e sempre) pela interação simultânea de avenidas identitárias (GONZALEZ, 1984; CRENSHAW, 1989), vemos no conteúdo do dossiê múltiplas e diversas perspectivas possíveis para percorrer

o caminho de vozes femininas na produção de textos, imagens e narrativas que não se restringem ao uso de ferramentas e técnicas de comunicação e informação, mas dos sistemas e tecidos que os enredam.

Três dos artigos tratam da violência concreta e material contra os corpos das mulheres em três diferentes espaços midiáticos e discursivos. Karina Gomes Barbosa e Rafiza Varão, no texto ‘A instável verdade nos testemunhos sobre estupros de ‘Eu, leitora’ em Marie Claire’, analisam os modos pelos quais o jornalismo aborda e enquadra, editorial e narrativamente, violências contra mulheres por meio de testemunhos de sobreviventes. As autoras buscam a compreensão desses relatos testemunhais como acontecimentos jornalísticos, trabalhando o jornalismo não só como prática textual, mas como elemento da própria cultura, apontando as dificuldades e os avanços possíveis das lutas feministas. Dão especial atenção aos marcos temporais de enunciação, relacionando autoria, vozes presentes, temporalidades diversas a experiências de ‘vulnerabilização patogênica’ que as mulheres vivem no Brasil.

A cultura do estupro, termo usado para denunciar naturalizações e comportamentos que relativizam ou silenciam a violência sexual contra as mulheres, e o papel que a representação tem na construção do imaginário coletivo relacionado a esse crime é a principal discussão do artigo ‘A cultura do estupro na ficção seriada: os mitos representacionais no seriado Justiça’, de Gêsa Cavalcanti e Vinicius Ferreira. A pesquisa se concentra na interpretação do material produzido pela Rede Globo, especificamente no seriado Justiça (2016), e busca demonstrar que efeitos de sentido são produzidos e quais relações de poder são estabelecidas durante o processo representacional do estupro. A autora e o autor defendem que a comunicação midiática, ao mobilizar o debate e produzir o vínculo social, indica as possibilidades de apreensão e ação da/na realidade: a representação midiática pode ser tanto produtora de mitos sobre o estupro como questionadora dos alicerces da cultura que os sustentam. Por isso, além do conteúdo transmitido, se debruçam também nos comentários da audiência sobre cenas e interpretações divulgados na rede social digital Twitter.

O universo digital é o ambiente do texto ‘Isso não é pornografia de vingança: violência contra meninas e mulheres a partir da explanação de conteúdo íntimo na internet’, de Aline Amaral Paz e Sandra Rúbia da Silva. As pesquisadoras analisam um grupo no Facebook que desenvolve práticas para ajudar meninas, geralmente, menores de idade, a se proteger e combater casos de explanação, ou seja, a exposição desautorizada de materiais íntimos. Ao longo do estudo, percebem que essa é uma forma atualizada do exercício de poder sobre o corpo e a sexualidade de meninas e mulheres, potencializado pelo ambiente virtual. Nessa direção, o universo digital funciona como uma extensão do cotidiano, produzindo e estendendo violências e sofrimento psíquico enredados por aspectos sociais de valores generificados. As autoras defendem que os ambientes conectados ofertam grandes possibilidades de compartilhamento e trocas simbólicas. É preciso, no entanto, romper silêncios e, na tessitura das redes concretas, virtuais e simbólicas, narrar experiências.

O quarto artigo que compõe esta segunda parte do dossiê investiga as relações que se estabelecem socialmente entre a percepção do corpo feminino e a amamentação. Irene Rocha Kalil e Adriana Cavalcanti de Aguiar, no texto ‘Aquilo que a amamentação retira e o desmame restaura: relatos maternos sobre tensionamentos e materiais de comunicação e informação em saúde’, explicitam o silenciamento dos órgãos oficiais de saúde do Brasil sobre percepções, anseios, expectativas e necessidades desse período específico da maternidade. Socialmente, a função de mãe é vista como preponderante sobre os demais papéis assumidos pela mulher brasileira contemporânea, não havendo, nos discursos oficiais, problematização da vida conjugal, liberdade de fazer escolhas acerca do próprio corpo, condições de trabalho, salário e progressão profissional ou dificuldades cotidianas de mulheres que optam ou precisam adotar a ‘dupla jornada de trabalho’ de mães e trabalhadoras. As autoras convocaram mães para narrarem suas experiências de desmame, expondo a relação com a imagem de indissociabilidade física entre mãe e criança e a construção social que fixa a mulher como secundária em relação à criança e à função materna.

Essas diferentes perspectivas sobre construção social de corpos, imposições de sentido, violência, saúde e comunicação se encontram no ensaio de Fatine Conceição Oliveira e Camila Maciel Campolina Alves Montavani, intitulado ‘Diálogos em isolamento: observação das experiências de mulheres com deficiência no Instagram durante a pandemia’. O texto narra a observação participativa e as percepções das autoras no contexto pandêmico sobre isolamento social e dinâmicas de mobilidade e imobilidade, tanto em termos da circulação física de pessoas como a que ocorre por meio dos fluxos informacionais. O ponto de partida são as ações de conscientização feitas pelo perfil do Coletivo Feminista Helen Keller, no Instagram, em parceria com o perfil do projeto Artigo 19, e os debates sobre saúde das mulheres com deficiência, violência doméstica e acessibilidade digital. As ações possibilitaram espaço e voz para que mulheres com deficiência falassem sobre suas experiências pessoais, manifestassem seus anseios, assumissem o papel de protagonistas de suas lutas. Para as autoras, no circuito virtual, isso tornou possível também às pessoas sem deficiência conhecer e, principalmente, ter contato com os obstáculos estruturais evidenciados ainda mais pelo isolamento social.

Entre os artigos publicados por meio da demanda de fluxo regular, há uma variedade de textos sobre as relações entre comunicação, informação e saúde: gestão de dados; informação de perícias médicas para subsidiar ações de vigilância e promoção à saúde de servidores públicos; nutricionismo, postagens e celebridades; avaliação da qualidade de vídeos mais visualizados sobre câncer de mama no YouTube, saúde mental e comunicação; biblioterapia, mediação cultural e de leitura na formação do bibliotecário.

Também nesta edição, Flávia Biroli é entrevistada pelo jornalista Roberto Abib. A professora e pesquisadora da UnB fala sobre sua trajetória e a atual ênfase em pesquisas sobre gênero, democracia e política. Atualmente, tem trabalhado na análise da reação conservadora, ou neoconservadora, à agenda da igualdade de gênero e diversidade sexual no Brasil e na América Latina. Na entrevista, Biroli destaca a compreensão dos meios de comunicação como atores políticos e não de um ambiente em que valores e posições em conflitos são simplesmente reverberados – é preciso entender a heterogeneidade desse campo da comunicação, tanto em termos de veículos como de posicionamentos, além dos diferentes formatos de interação comunicacional.

Os textos do dossiê mostram reflexões e práticas de comunicação que apontam como as demandas dos corpos das mulheres estão no centro de mobilizações político-culturais de padrões heteronormativos, patriarcais e coloniais que renovam efeitos de gênero e aprisionam, violentam, subjugam, adoecem e matam mulheres. Por isso, memórias, historiografias e experiências femininas não podem ser silenciadas. Mostrar a violência dos processos de exclusão deve ser um processo simultâneo ao de ressignificar atos, gestos, falas e desejos sustentados por signos corpóreos e outros meios discursivos (BUTLER, 2019).

Na chamada de textos para este dossiê, ressaltamos como a dinâmica social das relações de gênero nos expõe a diferentes situações de sanidade, sofrimento, adoecimento, cura e morte. Isso explicita a fundamental importância que o pensamento feminista tem, principalmente, quando incorporado e amplificado pela mídia, fazendo uso da comunicação como estratégia para a transformação.

Corpo, produção e expressão têm se articulado segundo a tendência de fazer com que as mulheres sejam, na concepção de Michelle Perrot (2015), expectadoras de si e copiadoras diante das obras que as representam. Ao ressaltar que a maior revolução na história das mulheres é a função reprodutora (maternidade) que se desloca da ideia de fatalidade biológica para o direito de escolha sobre o próprio corpo, a autora questiona as estereotipizações de discursos e expressividades, apontando a necessidade urgente de problematização da relação entre as mulheres e suas próprias expressões. Com isso, infere-se a necessidade de uma sexta ‘onda’ nos movimentos constituídos historicamente em busca de representatividade: às lutas e conquistas pelos direitos ao saber, ao salário, à cidadania, à política e ao corpo, se junta a peleja pelo direito à autoria e ao respeito dos corpos das mulheres nos produtos culturais.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2 v.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2011. 3 v.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: interseccionalidade, identidade política, e violência contra mulheres de cor. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GLOBAL MEDIA MONITORING PROJECT (GMMP). GMMP 2020–2021 final report. **Who makes the news?**, [s. l., c2021]. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/gmmp-2020-final-reports/>. Acesso em 14 jul. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, v. 2, p. 233-244, 1984.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência**. Brasília, DF: Ipea, 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2020>. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/200826\\_ri\\_atlas\\_da\\_violencia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf). Acesso em: 25 jul. 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

UNITED NATIONS (UN). **Declaration on the elimination of violence against women**. Genebra: A Organização, 1993. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/violenceagainstwomen.aspx>. Acesso em: 25 jul. 2021.